



O discurso da mídia impressa no caso do Ônibus 174¹

Ivan Luis David Iunes²

Universidade de Brasília - UnB

Resumo

O projeto pretende jogar luzes sobre a cobertura da mídia impressa no caso do seqüestro do *Ônibus 174*, no Rio de Janeiro em 12 de junho de 2000. Na ocasião, um homem transtornado assaltou um ônibus e manteve reféns durante toda a tarde e parte da noite. No desfecho do caso, uma refém foi morta e o seqüestrador foi assassinado pela polícia quando estava desarmado e dentro do camburão. Pelo tamanho da repercussão do caso, de âmbito mundial, pretendeu-se analisar como foi tratado o discurso midiático, em um caso que reuniu violência policial, seqüestro e tentativa de linchamento. Além de notar sobre quem recai a responsabilidade pelo ocorrido, sob a ótica da mídia, e as diferenças de cobertura entre jornais paulistas e cariocas.

Palavras-chave

Análise de Conteúdo; mídia impressa; violência policial; políticas públicas de segurança; Ônibus 174.

¹ Trabalho apresentado no IJT - Intercom Júnior.

² Jornalista graduado pela Universidade de Brasília em março de 2006, tendo como trabalho final de conclusão de curso a monografia *O discurso da mídia impressa no caso do Ônibus 174*; participante do grupo de pesquisas “Violência, criminalidade e mídia no Brasil: representações sociais da violência e discurso jornalístico”, sob a orientação do Prof. Dr. Rogério Diniz Junqueira, no Centro Universitário de Brasília, entre janeiro de 2001 e junho de 2004.

1 - Introdução

Há tempos, o estudo da violência e seus desdobramentos ocupa pesquisadores de várias vertentes científicas. Dentro da área de Comunicação, a maioria dos trabalhos sobre o tema trata especificamente sobre a violência na televisão e seus efeitos sobre a audiência, como em Montoro (2002) e Cárdua (1994).

No Brasil, os cientistas atêm-se aos estudos sobre violência especialmente nos telejornais noturnos – os produtos jornalísticos com maiores índices de audiência. Ao mesmo tempo, muito se analisa a questão das telenovelas e de seu conteúdo, permeado de representações sociais, que ajudam – ou não – a constituir o retrato da sociedade brasileira contemporânea, ou pelo menos do seu modelo.

O presente trabalho optou por ater-se a outra categoria de violência, não muito estudada pelos profissionais da comunicação. Especificamente, como se dá o discurso dos meios de comunicação em casos que envolvem a violência praticada pelas corporações policiais.

O caso analisado, ocorrido em 12 de junho de 2000, ficou conhecido na mídia como o “Ônibus 174”. Entre os mais recentes na história pós-regime militar, o caso envolveu o seqüestro do ônibus de número 174, na cidade do Rio de Janeiro, por parte do ex-detento Sandro do Nascimento Barbosa, 21 anos. Por quatro horas, Barbosa dominou o veículo e tomou dez passageiros como reféns.

A ação ficou marcada pela atuação desastrosa da polícia, que resultou nas mortes da refém Geísa do Nascimento no local do crime, e do seqüestrador, asfixiado dentro do camburão da corporação – realidade que conflitava com a versão da polícia, de que Sandro teria morrido dentro do hospital, em decorrência de ferimento à bala.

1.1 - Problema de pesquisa

A problemática sobre a cobertura midiática em casos que envolvem violência já foi retratada por pesquisadores, como Muniz Sodré (1992), Elizabeth Rondelli (1995) e Luiz Eduardo Soares (2000, 2001 e 2002), entre outros. Segundo vários desses estudiosos, a cobertura da mídia em muito reflete o discurso da elite e da classe média do país. Os casos de violência policial recebem os holofotes mais do que o de qualquer outra espécie. E a mídia, que na maior parte do tempo clama por ações policiais



rigorosas, ao se deparar com os conflitos protagonizados pela corporação, passa a exigir ações menos violentas, mais preparadas e respeitosas quanto aos direitos humanos.

O caso do *Ônibus 174* foi escolhido para a pesquisa, porque todo o processo de condução do seqüestro por parte da polícia se mostrou ineficiente, fazendo com que o criminoso tomasse o controle da situação em diversas ocasiões. Assim, inicialmente, parece que todo o peso da culpa sobre o episódio recaiu sobre o despreparo da corporação em lidar com um caso de alta carga dramática. Além disso, ele apresenta uma facilidade para análise, pois é um caso recente, registra vasta documentação e teve repercussão internacional.

1.2 – Referencial teórico

O arcabouço teórico da monografia se compôs de obras de autores com notado conhecimento no assunto como Michel Foucault (2005), Luiz Eduardo Soares (2000, 2001 e 2002) e Alba Zaluar (2004), abordando as questões envolvidas no estudo, como análise de conteúdo, violência policial, discurso da mídia e violência, formação das favelas e escalada da violência no Rio de Janeiro, políticas públicas de segurança e noções de punição incorporadas no imaginário da sociedade, desde a antigüidade. Além disso, procurou-se o aporte de sites de notícias, documentário “*Ônibus 174*”, e artigos publicados em periódicos científicos e em revistas de circulação nacional e internacional.

Com base nos textos estudados, pode-se depreender que pesquisas sobre como a mídia trata questões como violência, violência policial e políticas de segurança pública, especialmente nos locais onde a escalada da violência se tornou insustentável, foram tema de diversos trabalhos científicos ao longo dos anos. Diante da ineficiência das ações praticadas pelo Estado no sentido de coibir a violência, ora a imprensa clama por maior força no combate, ora prega por um abrandamento, tendo em vista a grave violação dos direitos humanos.

Com base nos estudos realizados, fica clara a idéia de que o discurso da imprensa influencia, e até norteia, as políticas de segurança praticadas no Brasil e no mundo. Até que ponto ela é pautada pelo desejo das classes média e alta, de patrulhamento da menos abastadas, é uma incógnita para o presente trabalho. O que se sabe é que a tendência principal desse discurso da imprensa no Brasil é o destaque à violência policial, que inclui as chacinas da Candelária e de Vigário Geral, só para citar dois exemplos.

Dentro dessas coberturas, segundo Luiz Eduardo Soares³, não é incomum perceber que a mídia brasileira costuma abarcar sob uma mesma égide, casos de naturezas distintas. Brigas entre vizinhos, adolescentes e gangues, e um assassinato importante em determinada área da cidade são interpretados da mesma forma: como signo da decadência das cidades.

O que não se percebe é que o caráter dessas manifestações é completamente distinto. Brigas entre adolescentes e vizinhos devem ser observados como processos psicológicos que incluem a necessidade de socialização e afirmação de identidade. Esses são, inclusive, pertinentes a todas as metrópoles. Por outro lado, assassinatos e homicídios dolosos associados a práticas criminais têm uma lógica própria.

“não se pode falar genericamente de violência. Esta palavra é, de fato, um termo valise: serve para carregar os significados mais diversos e tem implicações políticas muito fortes. No entanto, explica muito pouco”
(SOARES, 1994: 18).

A ação propagada pela mídia, e corroborada pela população, é de que toda pessoa menos abastada se torna inimiga em potencial, cujo contágio deve-se eliminar. A relação decorre de um processo histórico não recente. O discurso produzido justifica este comportamento violento atribuindo culpa ao pobre pela pobreza. Intolerante com os mais necessitados, a sociedade em geral desqualifica os pobres enquanto seres humanos⁴.

Quando analisa-se a relação de outras escolas jornalísticas, como a européia, com a violência, percebe-se proximidades com a cobertura que é feita no Brasil desses casos. Na Suécia, 30% das matérias publicadas se referem a crimes violentos. O dado se torna curioso quando é constatado que apenas 3% dos crimes no país são violentos, sendo que desses, 90% não apresentam conseqüências físicas. Ao mesmo tempo, os jornalistas mais bem pagos são exatamente aqueles que cobrem a área de crimes (CARDIA, 1994).

Um dos teóricos brasileiros que abordam a relação entre mídia e violência, Muniz Sodré (1994) acredita que a mutação cultural incentivada pela televisão, patrocinada pelos consórcios comerciais do primeiro mundo, provoca impactos culturais. O problema não é exatamente a quantidade de informação ou a novidade

³ SOARES, Luiz Eduardo. Criminalidade e violência in: *Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: Cebela, 1994

⁴ Cardia, Nancy. *Mídia e violência* in *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, Ed. Cebela, 1994

inscrita do que é veiculado nos meios de comunicação, mas sim, as alterações no modo de organização do espaço social nas relações que os sujeitos mantêm com o real:

“no caso do Brasil, a coexistência dos modelos de encadeamento e de midiaticização gera uma fricção que assume socialmente características de violência institucional ou burocrática. Assim, a relação entre os meios de comunicação (em primeiro plano, a televisão e rede cibernética) e a violência social está na forma como o sistema avançado de comunicação se articula com as condições reais de vida da população” (SODRÉ; 2002:37).

Segundo a ótica do autor, a diferença entre a realidade produzida pela tevê, de consumo, e a falta de satisfação desses mesmos desejos, por parte da população, gera frustrações reais e, potencialmente, de violência.

Quando o assunto é a reação da população, e da mídia, a tais práticas violentas, pode-se observar a presença de um conflito gritante. Especialmente por setores sociais organizados, o que aumenta sua repercussão na imprensa, porque, embora tais setores desejem a repressão e coibição do crime, da criminalidade e da violência, os mesmos parecem concordar que tal ação deva ser exercida por instituições e práticas de direito.

A idéia é só um reflexo do debate público, incentivado, e até promovido, pela mídia. O que, segundo Rondelli, mostra o ponto em que os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais:

“o modo como a mídia fala sobre a violência faz parte da própria realidade da violência – as interpretações e os sentidos sociais que serão extraídos de seus atos, o modo como certos discursos sobre ela passarão a circular no espaço público e a prática social que passará a ser informada cotidiana e repetidamente por estes episódios narrados.” (RONDELLI, 1998:149).

Deste modo, a mídia age como um modo de produção discursiva, elaborando alguns sentidos sobre o real no processo de apreensão e relato. E é dela que saltarão as imagens ou discursos que informam e conformam este mesmo real – incluindo aí o que deve ser banalizado, o que é de relevância e o que deve ser combatido. A violência apregoada pela mídia acaba por fazer parte da própria realidade da violência.

Para nortear o trabalho, tratou-se o termo violência utilizando o conceito mais difundido pelos estudiosos do assunto. Ela deve ser entendida, portanto, como o uso da força para causar dano físico a outra pessoa. Violência policial é, portanto, os casos em que a corporação ou policiais praticam esse tipo de ação, danosa fisicamente a outrem.

Em uma linha do tempo, a lógica da punição ganhou contornos e tratamentos distintos. Em um processo que envolveu o abrandamento das penas, e o fim dos

suplícios, foi notória a mudança de caráter das penalidades aplicadas aos criminosos. Hoje, ela é, sabidamente, menos física e mais coercitiva. Nessa modificação, continua pertencendo à sociedade o direito de se levantar em peso contra o criminoso, para puni-lo (FOUCAULT, 2005). Daí pode-se estender a lógica dos linchamentos, como o protagonizado ao final do caso do *Ônibus 174*, onde a população se lançou contra o criminoso Sandro do Nascimento.

Diante de um caso como o do *Ônibus 174*, uma confusão de princípios acaba por permear a ação policial e influencia o seqüestrador em suas ações. Sem tocar na questão que cerne ao despreparo das instituições policiais, o criminoso sabe que é visto como um inimigo de guerra e que, provavelmente, será morto ao se entregar.

1.3 - Procedimentos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma análise de conteúdo e dos discursos reproduzidos pelos dois maiores jornais do país, a *FSP* de S. Paulo e *OGlobo*. A escolha dos dois periódicos se dá pela alta circulação em âmbito nacional que ambos possuem, além de serem produzidos em duas cidades diferentes, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

No presente trabalho, escolheu-se ater a como a grande mídia trata os casos de violência policial no país, especialmente no caso do *Ônibus 174*. Para tanto, verifica-se a necessidade de utilizar o método da Análise de Discurso, especificamente da escola francesa. Isso se dá porque sua proposta de tratamento textual assume o contexto dentro do texto, afastando a necessidade de um tratamento do entorno empírico dos discursos (entorno social, diríamos, das instituições e das interações subjetivas e identitárias). Além disso, sua perspectiva entende que a leitura não é composta apenas de uma decodificação, mas da apreensão de um sentido, de uma informação que está dada no texto. Assim, ele não é apenas um produto, mas significação. O leitor, sob essa ótica, atribui sentido a ele, criando e fazendo associações. Importa ao trabalho não apenas o que foi dito, mas o não dito.

Ainda, para criar as categorias necessárias para a análise, se fez necessário o aporte de princípios da Análise de Conteúdo. O método foi utilizado nas matérias factuais publicadas pelos periódicos, enquanto a Análise de Discurso foi feita sobre o material opinativo. O recorte do método utilizado foi a categorização, pertencentes à segunda etapa da análise de conteúdo. Nela, o analista busca dividir os textos em



categorias específicas, com o intuito de montar gráficos e tabelas, que servirão de base para a análise final.

Esquemmatizando a análise de conteúdo do material, pode se descrever que o processo se deu em três etapas distintas: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na primeira, foi selecionado o universo de pesquisa, no caso as matérias factuais apresentadas nas coberturas de *OGlobo* e *FSP* sobre o *Ônibus 174*. Para finalizar a etapa, foi elaborada uma série de possíveis categorias, para permitir uma categorização de análise no futuro e, por fim, uma leitura prévia do material. A segunda etapa, de exploração do material consistiu na categorização das matérias analisadas e a formulação dos dados estatísticos e gráficos, para corroborar a análise.

Por último, foi realizado o tratamento dos resultados, onde foram analisadas as categorias mais importantes e que mais contribuíram para elucidar o objetivo do trabalho, entender como se dá a cobertura da mídia em casos que envolvem violência policial.

2. – Análise de Conteúdo

Os jornais *OGlobo* e *FSP* reservaram, em sete dias de cobertura, 58 páginas ao caso do *Ônibus 174*. Os dias com a maior quantidade de produtos jornalísticos ligados ao seqüestro foram os dois subseqüentes ao ocorrido, 13 e 14 de junho de 2000. A intensidade foi maior, especialmente, no segundo. A cobertura foi realizada basicamente em uma semana. Ao todo, apresentou 89 matérias e 39 páginas, no caso do *OGlobo*, e 49 matérias e 19 páginas, para a *FSP*.

A maior intensidade na cobertura do caso nos dois primeiros dias pode ser observada também pela presença de manchetes ou chamadas de capa. *OGlobo* dedicou as primeiras páginas desses dias ao caso, em sua totalidade. Nos outros dias, chamada principal e secundária, no dia 15/06, e uma secundária em cada dia subseqüente, até o dia 18/06. Desta data em diante, o caso não ganhou mais manchetes. Por outro lado, a *FSP* publicou duas chamadas secundárias nos dois primeiros dias. Uma em cada. Depois disso, o assunto não voltou mais à capa do jornal paulista.

2.1 - Conteúdo e tendências

Nos dias de maior cobertura, 13 e 14 de junho de 2000, os dois periódicos publicaram matérias essencialmente factuais. Os dias em que predominaram os textos opinativos foram outros. Em um primeiro momento, os dois jornais preferiram não

opinar de forma demasiada. *OGlobo* reforçou o número de matérias opinativas na segunda-feira (19/06), quase uma semana após o seqüestro. A *FSP* publicou no dia seguinte ao crime um editorial. Mas a sexta-feira teve o maior número de material opinativo, com três artigos – o mesmo número do *OGlobo*.

Ao todo, o jornal carioca dedicou 11% de sua cobertura a materiais opinativos, ou 11 matérias. A *FSP* deu espaço semelhante, 10% de suas páginas dedicadas ao caso, ou seis matérias. Se a proporção é a mesma, o número de páginas com conteúdo opinativo é superior no *OGlobo*, posto que o jornal teve maior cobertura. Em números, ele tem 11 páginas, contra seis da *Folha*.

Se destinaram cerca de 10% de sua cobertura a matérias opinativas, ambos os jornais dedicaram um número considerável de páginas às reações do Estado ante o seqüestro e os conflitos subseqüentes envolvendo a Polícia Militar. Cerca de uma em cada cinco páginas dos periódicos tinham como tema a reação do governo fluminense, de Anthony Garotinho, e do federal, de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto *OGlobo* reservou sete páginas à cobertura, o que representa 18%, a *FSP* teve espaço, proporcionalmente, ainda maior, de 21%, ou quatro páginas.

Ao contrário da tendência da cobertura, que foi perdendo intensidade no número de páginas com o passar do tempo, o número de páginas destinadas às reações do estado teve seu período mais intenso no miolo da cobertura. No primeiro dia após o crime, ambos os jornais dedicaram apenas uma página da cobertura a esse aspecto. Os dias mais profícuos no *OGlobo* foram 14 e 17 de junho, com duas páginas. Já a *FSP* reservou uma página e meia no dia 15 de junho. Gráfico 5 - Número de páginas destinadas às reações do Estado

Partindo para a Análise de Conteúdo das matérias publicadas na cobertura do caso do *Ônibus 174*, percebemos algumas tendências em ambos os periódicos. Em toda sua cobertura, a *FSP* não publicou uma matéria sequer favorável ao governo fluminense. Em contrapartida, deu quatro matérias em que o conteúdo não favorecia ao governador Anthony Garotinho. Mantendo a tendência de críticas, o jornal publicou outras quatro matérias prejudiciais ao governo federal, e apenas uma favorecia o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Por outro lado, *OGlobo* teve cobertura amplamente favorável ao governo de FHC. Ao todo, foram quatro matérias consideradas positivas, contra apenas uma danosa. O curioso é que, enquanto a *FSP* bate em ambos os governos, o jornal carioca publicou matérias favoráveis ao governo federal, mas prejudiciais ao de Anthony

Garotinho. O placar aponta cinco a um a favor dos conteúdos considerados ruins para o governo fluminense.

2.2 - Os personagens

Em uma semana de cobertura do caso do *Ônibus 174*, pode-se fazer uma análise da cobertura do *OGlobo* e da *FSP* conhecendo os personagens que fizeram parte das matérias, e como ganharam e perderam força com o passar do tempo. Em uma análise de todas as matérias publicadas, excetuando as opinativas, o corrente trabalho fez uma espécie de trajetória da cobertura midiática e identificou essencialmente 44 personagens.

Todos estes foram personagens principais de pelo menos uma matéria de algum dos periódicos. Alguns mereceram holofotes especiais da mídia. Durante a semana de cobertura intensa do caso, aqueles que mais figuraram nas páginas do *OGlobo* e da *FSP* foram a Polícia Militar ou os policiais militares, com 13 aparições na *FSP* e 35 no jornal carioca. O número é maior, inclusive, do que a quantidade de vezes em que o seqüestrador Sandro do Nascimento e a vítima Geísa dos Santos figuraram nas páginas dos periódicos - Sandro apareceu 11 vezes na *Folha* e 27 no *OGlobo*, enquanto Geísa, oito e dez vezes, respectivamente.

Um dado que também merece registro é a alta presença dos reféns, como termo geral, no jornal *OGlobo*, e sua exclusão na *FSP*. Em nenhum momento o periódico paulista coloca os reféns como personagens de suas matérias. Para se ter uma idéia, no jornal carioca foram 11 aparições. Maior do que o número de vezes em que a refém Geísa dos Santos foi citada pelo jornal. Enquanto para *OGlobo* existiam os reféns de uma forma geral, para a *FSP* eles só eram representativos enquanto histórias separadas.

Se a Polícia Militar e os policiais militares figuram como personagem mais presente em ambas as coberturas, esse peso só ganhou força do quarto dia de cobertura em diante. Antes, o seqüestrador Sandro do Nascimento era o mais citado pelos jornais. Sua última aparição como personagem principal, porém, acontece no dia 16 de junho, enquanto a Polícia Militar e os policiais militares continuam sob holofotes por mais dois dias, aparecendo em mais seis matérias.

Por sua vez, a refém Geísa dos Santos só aparece nos três primeiros dias de cobertura. Depois, desaparece da cobertura, salvo uma única aparição, no último dia.

Outro personagem que marcou presença constante, ainda que não aparecesse em muitas matérias, foi o governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. Ele só deixa de aparecer em algum dos jornais no último dia de cobertura, feito igualado apenas pela Polícia Militar e pelos policiais militares.

2.3 - Análise de Discurso

Findada a Análise de Conteúdo das matérias e reportagens factuais foi realizada a Análise de Discurso do material opinativo levantado, exatamente 16 matérias, somando os dois periódicos. Trabalhou-se com a perspectiva da corrente francesa da Análise de Discurso, como exposto no capítulo de número dois desta monografia.

O intuito da Análise de Discurso foi verificar como as opiniões publicadas em artigos e editoriais retratavam as polícias Civil e Militar e, sobretudo, como tais opiniões dialogavam com o contexto e com a memória discursiva da questão da violência policial. Entende-se por ‘contexto’, o entorno sócio-histórico no qual se dá o acontecimento relatado e por ‘memória discursiva’ todo o acúmulo de falas ‘já ditas’ sobre determinado assunto e que pode ser acionado pela fala do presente.

A partir da aplicação do método de Análise de Discurso buscou-se captar a imagem apresentada das corporações e como as mesmas eram relacionadas não só ao caso do *Ônibus 174*, especialmente no que toca a questões como responsabilidade e legitimidade da ação da polícia durante o seqüestro, quanto à memória discursiva relacionada com a temática.

Objetivando identificar os discursos empregados no caso do *Ônibus 174* sobre as corporações policiais, foram analisadas 16 matérias, sendo que 12 expressavam alguma opinião sobre a ação das polícias. Algumas, inclusive, cuidavam de discorrer minuciosamente a corporação e suas mazelas. Em uma esmagadora maioria, a coletânea aqui estudada apresentava palavras correlatas à incompetência para descrever a polícia e sua atuação. Os termos mais brandos observados na cobertura são “ação precipitada”, “desorganizada” e “despreparada”.

Na análise, podemos identificar vários discursos acionados por artigos e editoriais dos dois jornais. Entre eles, podemos destacar dois. Um primeiro que contesta a violência praticada pela corporação e o seu contraponto, que a ‘legítima’.

Ambos são provenientes da disputa do Estado pelo monopólio da violência, que é freqüentemente contestado por alguns setores da sociedade, em todo o mundo. Especialmente o discurso legitimador, é reproduzido com uma certa constância e apresenta frases como: “a polícia prende, a justiça manda soltar”. Em seu contraponto, aqueles que condenam a ação atacam a política descrita como “PM bom é PM que mata”.

Há ainda discursos acionados que não contestam o monopólio da violência pelo Estado, mas o seu uso sem o preparo adequado por parte das corporações. Geralmente, acionam uma memória discursiva que condena o caráter violento da corporação, reforçado no caso do *Ônibus 174* pela morte do bandido, asfixiado dentro do camburão.

Outro discurso que segue linha próxima é aquele próximo dos defensores dos Direitos Humanos. Alguns artigos reproduzem uma fala que defende o criminoso como cidadão, com os mesmos direitos do restante da população. A ação da corporação teria, portanto, violado graves preceitos da Declaração dos Direitos Humanos e ao invés de coibir outros casos de violência semelhantes, acabaram por motivá-los.

Por último, podemos destacar discursos próprios da classe política. Em um dos artigos é reproduzida a idéia de que os policiais ‘não recebem o tratamento adequado dos seus empregadores’. O que não fica esclarecido é quem são considerados os empregadores, se o Estado, a sociedade pagadora de impostos ou o governo, na época representado por Anthony Garotinho. Existe, porém, uma pista quando faíscam críticas a Garotinho, acusado de ter se referido à Polícia Militar como marginais.

Analisando todos os discursos, percebe-se que não existiu nenhum novo. Todos aqueles acionados durante a cobertura do caso reproduzem pensamentos que, há algum tempo, disputam espaço pela hegemonia entre as idéias. A frase proferida no artigo assinado por Sandra Cavalcanti, do princípio que deveria nortear as polícias de “proteger nossas vidas e patrimônios” é o único trecho que aciona um discurso de viés diferente. Próximo de lugares de fala das classes mais abastadas, demonstra a preocupação com a defesa do patrimônio e a idéia de que se deve patrulhar favelas e morros, com o intuito de cercear a ação de criminosos.

No que diz respeito à questão da publicação de matérias destinadas à reação dos governos estadual e federal, o material publicado é mais numeroso do que as matérias opinativas de ambos os jornais. O fato mostra que ambos governos tiveram direito a expressar suas falas, embora de forma diferenciada. *OGlobo* foi mais contundente na crítica ao governo fluminense, à época sob a responsabilidade de Anthony Garotinho. Isso é percebido quando se analisam os artigos publicados no jornal, salvo um único editorial que tece elogios ao governador. Contudo, embora o Estado tenha tido o direito de expressar suas falas sobre o caso do *Ônibus 174*, o mesmo não se deu com a sociedade civil organizada. Por outro lado, a *FSP* manteve a linha mais imparcial e manteve o tom das críticas tanto ao governo federal, quanto ao estadual. Ao mesmo tempo, é contundente ao criticar não apenas a operação que resultou na morte da refém Geísa do Nascimento, mas várias questões estruturais da corporação, como treinamento e princípios.

3. Considerações Finais

O presente trabalho pretendeu entender como se deu a cobertura da mídia em casos que envolvam violência policial, abordando aspectos como: a quem se atribui responsabilidade, diferenças entre as matérias de periódicos de diferentes estados e como a atuação da polícia é observada, entre outros. Neste sentido, as matérias publicadas durante a cobertura do seqüestro do ônibus 174 foram escolhidas como material de análise por conterem todos os requisitos necessários para que a questão fosse melhor explicada.

Após analisar todo o material publicado pelos jornais *Folha de São Paulo* e *OGlobo* entre os dias 13 e 20 de junho de 2000, com o auxílio da Análise de Conteúdo e da Análise de Discurso, iniciou-se a interpretação de todo o material empírico, exatamente 138 matérias, incluindo artigos, editoriais e reportagens.

Os dados obtidos permitem uma leitura de como a mídia impressa cobriu o caso do *Ônibus 174*. Ao estudar os jornais *FSP* e *OGlobo*, percebe-se que a cobertura do jornal paulista foi realizada de forma mais fria, imparcial e com menos apelo emocional. O fato é percebido logo no primeiro dia de cobertura, quando o periódico opta por utilizar como selo padrão para a cobertura do caso a frase “Violência no Rio”, enquanto *OGlobo* usa uma única palavra, mas com impacto muito maior:

“Terror” – vale o comentário de que na época, anterior aos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, o termo ainda não estava atrelado a terrorismo e guerrilha urbana.

Fazendo um comparativo entre ambas coberturas, o presente trabalho chegou à conclusão de que, pelo menos no caso do *Ônibus 174*, a mídia impressa atuou de forma crítica sobre o tema, utilizando-se da opinião de especialistas e adotando posicionamentos bem definidos. O que deu norte aos materiais opinativos, porém, foi a questão política que envolveu o episódio, onde o governo Federal tentou lavar as mãos e atribuir responsabilidades ao Estadual, que devolvia na mesma moeda, acusando o outro de não fiscalizar suas fronteiras com eficiência. Ainda, ao se comparar as reações de ambos ao caso, percebe-se um certo apoio da mídia às reações de Garotinho, que demitiu o comandante da Polícia Militar e colocou a corporação nas ruas, mas não anunciou nenhum plano de treinamento intensivo para policiais.

Outro indício de que o “apelo emocional” foi a grande diferença entre as duas coberturas ocorreu quando analisados os títulos das matérias de ambos os periódicos. Enquanto a *FSP* prefere utilizar “Seqüestro de ônibus acaba com 2 mortos”, *OGlobo* prefere “Terror e sangue no Rio”, no dia 13 de junho. O mais curioso é que não há foto alguma de sangue. A vítima alvejada, Geísa, em momento nenhum aparece sangrando. Então a que sangue se refere o título do periódico carioca, posto que o seqüestrador foi morto estrangulado? Isso mostra que o título do jornal pende para o apelativo, tem a intenção de passar o estado de choque sentido pela população durante o seqüestro e não apenas informar de forma fria o que aconteceu.

Assim, seguindo uma tendência descrita por teóricos como Luís Eduardo Soares, a mídia exigiu uma ação mais intensiva no combate ao crime durante a sua cobertura criticando, ao mesmo tempo, o fato de Sandro do Nascimento não ter sido alvejado ainda dentro do ônibus, a ação do policial que efetuou os disparos contra a refém, por não ter esperado o desfecho das negociações e a rendição do seqüestrador. A dicotomia presente entre as duas exigências mostra o quanto a mídia oscilou ao cobrir o caso do *Ônibus 174*.

O movimento pendular imprimido pela mídia pode ser observado na série de discursos acionados durante a cobertura do caso em estudo. Embora nenhum dos eixos de discurso localizados na análise tenha suscitado a contestação do monopólio



da "defesa da população" pelo Estado, as críticas à forma como ela é exercida pelo Estado esteve presente de forma significativa na cobertura, utilizando especialmente ideais dos defensores dos Direitos Humanos. Ao mesmo tempo, percebemos que foram acionados alguns discursos que defendiam a ação da Polícia Militar, ainda que tal defesa argumentativa fosse feita de forma tímida e parcial.

A maior surpresa, enquanto resultado de análise, foi a ausência de qualquer texto, em que a defesa da política de segurança do governo fluminense viesse à tona, posto que, na mesma cobertura, o governo federal teve amplo direito à defesa e à voz. Contudo, isto pode ser compreendido se percebermos que a imprensa muitas vezes rompe com a regra de ouro da cobertura imparcial e dá mais peso e voz a uma das partes em um cenário em que há diversos atores e pontos de vista envolvidos.

Este trabalho é um passo inicial do pesquisador, enquanto trabalho final de curso de graduação e espera somar com resultados empíricos para o campo de estudos de análise da mídia, notadamente com a temática da violência policial e cidadania.

Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994
- BEATO, Cláudio. Informação e desempenho policial. *Teoria & Sociedade*. Belo Horizonte: UFMG, 2001
- CARDIA, Nancy. O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos in: *Tempo Social*, maio de 1997
- _____. Mídia e violência in *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, Ed. Cebela, 1994
- COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública, in: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.) *Brasília: capital do debate - o século XXI - Ética*. Rio de Janeiro / Brasília: Garamond / Codeplan, 1997
- DA MATTA, Roberto; PINHEIRO, Paulo Sérgio, PAOLI, Maria Célia e BENEVIDES, Maria Victoria. *A violência brasileira*. São Paulo: 1982
- LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira, in: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org.) *Um século de favela*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- MONTORO, Tânia. Sangue na Tela: a representação da violência nos telejornais no Brasil in *Imprensa e Poder*, Universidade de Brasília, 2002.
- MORETZSOHN, Sylvia. *A velocidade como fetiche – o discurso jornalístico na era do “tempo real” Reforma da polícia e a segurança pública municipal*.



<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=moretzsohn-sylviavelocidade-jornalismo-0.html>. acesso em 03/06/2005.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípio & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e outros (orgs.), *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000

PINHEIRO, Paulo Sérgio, *Escritos indignados: polícia, prisões e política no estado autoritário*. São Paulo: 1984.

RONDELLI, Elizabeth. *Imagens da violência*. *Tempo Social (USP)*, maio de 1997

_____. *Media, representações sociais da violência, da criminalidade e ações políticas in: Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: Cebela, 1994

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general*. Companhia das Letras: 2000

_____. *Reforma da polícia e a segurança pública municipal*.
http://www.luizeduardosoares.com.br/docs/palestra_oxford.doc.
acesso em 26/06/2005

_____. *A segurança pública em 2002: riscos e promessas*. *Isto é*.
17/1/2002

_____. *21 notas sobre a problemática da segurança pública*. *Revista IPEA*: Janeiro 2002.

_____. *Segurança pública: O que fazer?*. *Revista República*: 24/01/2001

_____. *Criminalidade e violência in: Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: Cebela, 1994

SODRÉ, Muniz, *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992

_____. *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Sulina, 2002.

WACQUANT, Loïc, *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1986

_____. e ALVITO, Marcos (org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.